

Icatu
SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2824-3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Icatu Capitalização S.A., relativos aos exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012. A Icatu Capitalização S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 6,9 milhões em 2013, comparado a R\$ 102,8 milhões de 2012, impactado fundamentalmente pelo resultado financeiro, reflexo da abertura das taxas de juros. O faturamento* foi de R\$ 805,2 milhões em 2013. As provisões técnicas atingiram R\$ 1,5 bilhão e a empresa distribuiu em forma de sorteios R\$ 49,7 milhões aos seus clientes. O patrimônio líquido da Icatu Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2013, alcançou R\$ 63,2 milhões e o volume de ativos livres da sociedade atingiu R\$ 31,9 milhões. As reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/2013. A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo o apoio recebido. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014. **A Administração.**

* Faturamento = Arrecadação com Títulos de Capitalização

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	2013		2012		PASSIVO	2013		2012	
				(Reclassificado)					(Reclassificado)
CIRCULANTE	1.595.962	1.735.510			CIRCULANTE	1.551.231	1.674.150		
Disponível	5.563	7.926			Contas a Pagar	27.709	32.458		
Caixa e Bancos	5.563	7.926			Obrigações a Pagar	21.713	26.491		
Aplicações (Nota 5.1)	1.543.355	1.689.698			Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.768	787		
Créditos das Operações de Capitalização	12.336	3.838			Encargos Trabalhistas	2.629	2.775		
Créditos das Operações de Capitalização	12.336	3.838			Impostos e Contribuições	1.540	2.309		
Outros Créditos Operacionais	30.097	28.709			Outras Contas a Pagar	59	96		
Títulos e Créditos a Receber	4.390	2.944			Débitos de Operações com Capitalização	11.895	9.476		
Títulos e Créditos a Receber	2	21			Débitos Operacionais	11.895	9.476		
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 7)	3.831	2.445			Depósitos de Terceiros	168	80		
Outros Créditos	557	478			Provisões Técnicas - Capitalização (Nota 8)	1.511.459	1.632.136		
Despesas Antecipadas	221	2.395			Provisão para Resgates	1.264.599	1.384.401		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	61.727	115.294			Provisão para Sorteio	135.626	135.126		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.023	109.193			Outras Provisões	111.234	112.609		
Aplicações (Nota 5.1)	-	67.598			NÃO CIRCULANTE	43.247	66.540		
Títulos e Créditos a Receber	58.023	41.595			Contas a Pagar	41.014	64.867		
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 7)	15.100	2.902			Obrigações a Pagar	3.451	1.595		
Depósitos Judiciais e Fiscais (Nota 10.3)	42.923	38.693			Tributos Diferidos	2	29.931		
Imobilizado	1.415	2.874			Outras Contas a Pagar (Nota 10.2)	37.561	33.341		
Bens Móveis	1.083	2.167			Outros Débitos	2.233	1.673		
Outras Imobilizações	332	707			Provisões Judiciais (Nota 10.1)	2.233	1.673		
Intangível	2.289	3.227			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	63.211	110.114		
Outros Intangíveis	2.289	3.227			Capital Social	46.151	46.151		
TOTAL DO ATIVO	1.657.689	1.850.804			Aumento de Capital em Aprovação	20.000	-		
					Reservas de Lucros	16.140	19.086		
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	(19.080)	44.877		
					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.657.689	1.850.804		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento em Aprovação	Reservas de Capital	Reserva Legal Estatutária			
SALDOS EM 31/12/2011	96.525	-	631	19.304	57.554	31.066	205.080
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	18.670	18.670
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	17.055	17.055
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	102.829	102.829
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	4.954	-	(4.954)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	9.856	(9.856)	-
Aumento de Capital - AGEs de 29/10/2012 e 30/11/2012	161.232	-	(631)	(15.028)	(57.554)	(88.019)	-
Acervo líquido vertido - Cisão	(211.606)	-	-	-	-	(21.914)	(23.520)
SALDOS EM 31/12/2012	46.151	20.000	9.230	9.856	44.877	(19.080)	110.114
Dividendos complementares do exercício de 2012	-	-	-	-	-	(9.856)	-
Aumento de capital em aprovação	-	20.000	-	-	-	20.000	20.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(63.957)	(63.957)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.910	6.910
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	345	-	(345)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	6.565	(6.565)	-
SALDOS EM 31/12/2013	46.151	20.000	9.575	6.565	(19.080)	-	63.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. e é controlada em última instância pela Icatu Holding S.A. A SUSEP aprovou através da Portaria nº 5.347, de 14/06/2013, o processo de cisão parcial da Companhia ocorrido no segundo semestre de 2012, que transferiu ativos e seus passivos correspondentes para a Icatu Seguros S.A., corresponsável a um acervo líquido vertido de R\$ 233.520. A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Centro Oeste	77.078	9,6%	65.334	8,3%
Nordeste	66.145	8,2%	72.209	9,2%
Norte	47.673	5,9%	39.981	5,1%
Sudeste	361.882	44,9%	378.005	48,3%
Sul	252.451	31,4%	227.651	29,1%
Total	805.229	100,0%	783.180	100,0%

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 464/2013, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 464, de 01/03/2013 revogou a Circular SUSEP nº 430, de 05/03/2012, e trouxe as seguintes mudanças: a) Alterações no plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas, além de alterar as determinadas informações a serem divulgadas nas demonstrações financeiras; b) Criação de contas redutoras no passivo circulante para registro das antecipações de imposto de renda e contribuição social corrente e reclassificação do IR e CSLL diferidos do Passivo Circulante para Passivo não Circulante. Para fins de comparabilidade os saldos de antecipações de imposto de renda, contribuição social de 31/12/2012 foram reclassificados conforme demonstrado no quadro a seguir.

	Publicado		Reclassificado	
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012	
ATIVO CIRCULANTE	1.774.143	(38.633)	1.735.510	
Aplicações	1.689.698	-	1.689.698	
Títulos e Créditos a Receber	41.577	(38.633)	2.944	
Créditos Tributários e Previdenciários	41.078	(38.633)	2.445	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	115.294	-	115.294	
Aplicações	67.598	-	67.598	
TOTAL DO ATIVO	1.889.437	(38.633)	1.850.804	
PASSIVO CIRCULANTE	1.742.714	(68.564)	1.674.150	
Contas a Pagar	101.022	(68.564)	32.458	
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	19.494	(18.707)	787	
Impostos e Contribuições	52.166	(49.857)	2.309	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	36.609	29.931	66.540	
Contas a Pagar	34.936	29.931	64.867	
Tributos Diferidos	-	29.931	29.931	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.114	-	110.114	
TOTAL DO PASSIVO	1.889.437	(38.633)	1.850.804	

c) Em 31/12/2012 foram eliminadas das demonstrações do fluxo de caixa as linhas de Cisão Parcial - Transferência de ativos e passivos e Efeitos da Cisão Parcial por se entender que tais valores não são provenientes de caixa. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26/02/2014. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (3.1.C). • Provisões Técnicas (vide nota 3.4). • Aplicações Financeiras (vide nota 5.3). • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota 7). • Provisões Judiciais (vide nota 10.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente

em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As práticas mais relevantes adotadas são: **3.1. Instrumentos Financeiros:** a) **Caixa e Equivalentes de Caixa Disponível:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) **Instrumentos Financeiros não Derivativos:** **Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter esses títulos até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações de Capitalização. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável:** c.1) **Ativos Financeiros -** Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. c.2) **Ativos não Financeiros -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ao valor justo de contratos futuros e de swaps mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado (vide Nota 6). **3.2. Imobilizado:** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas de valor recuperável acumulada, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. **3.3. Intangível:** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. **3.4. Provisões Técnicas (Nota 8):** **3.4.1 Provisão Matemática para Capitalização:** A provisão matemática para capitalização representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidas mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. **3.4.2. Provisão para Resgates:** A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do balanço. Conforme determinado pela Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, foi incluída nesta respectiva provisão a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, anteriormente alocada na provisão para contingências. **3.4.3. Provisão para Sorteios a Realizar:** A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados. Posteriormente, a circular SUSEP nº 469, 19/06/2013 alterou a definição da Provisão para Sorteios a Realizar (PSR). **3.4.4. Provisão de Sorteios a Pagar:** A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data efetiva da liquidação. **3.4.5. Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão para despesas administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. **3.4.6. Provisão para Distribuição de Bônus:** A provisão para Distribuição de Bônus é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a provisão para resgates. **3.4.7. Prescrição de Títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. **3.5. Provisões Judiciais:**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2013	2012
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	85.311	64.946
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	235.141	241.998
Arrecadação com Títulos de Capitalização	805.229	783.180
Variação da Provisão para Resgate	(570.088)	(541.182)
Variáveis das Provisões Técnicas	(36.566)	(45.070)
Resultado com Outras Provisões Técnicas	(36.566)	(45.070)
Resultado com Sorteio	(49.697)	(51.642)
Custo de Aquisição (Nota 15)	(61.472)	(75.976)
Outras Receitas e Despesas Operacionais (Nota 15)	(2.095)	(4.364)
Outras Receitas Operacionais	23.105	11.265
Outras Despesas Operacionais	(25.200)	(15.629)
Despesas Administrativas	(92.225)	(76.457)
Pessoal Próprio	(41.533)	(31.698)
Serviços de Terceiros	(22.256)	(16.254)
Licitação e Funcionamento	(23.517)	(23.759)
Publicidade e Propaganda	(2.838)	(3.012)
Publicações	(101)	(55)
Doativos e Contribuições	(1.118)	(1.488)
Despesas Administrativas Diversas	(862)	(191)
Despesas com Tributos (Nota 15)	(10.158)	(10.708)
Resultado Financeiro (Nota 15)	35.764	149.783
Receitas Financeiras	217.314	227.731
Despesas Financeiras	(181.550)	(77.948)
Resultado Patrimonial	-	33.721
Receitas com Ajustes de Investimentos em Controladas e Coligadas	-	33.721
RESULTADO OPERACIONAL	18.692	161.285
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	(1)	(632)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPA		

Icatu
SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2824-3900

o administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.2. Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. **4.3. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos:** Principais riscos associados a instrumentos financeiros: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **Risco de crédito; Risco de mercado; e Risco de liquidez.** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. (a) **Risco de Crédito** - O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos a emissores privados decorrentes principalmente das aplicações financeiras. Aplicações Financeiras - Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o rating atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de rating é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de rating Standard and Poor's, Fitch e Moody's:

Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	FIDC	Total
AAA	4.225	108.776	-	7.949	2.071	123.021
AA+	6.885	129.887	-	3.341	-	140.113
AA	732	-	-	-	-	732
AA-	331	42.630	-	-	-	42.961
A+	-	6.009	-	657	-	6.666
A-	735	10.051	-	-	-	10.786
BB+	-	-	11.010	-	-	11.010
BB	-	-	-	-	-	-
Total	12.908	297.353	11.010	11.947	2.071	335.289

Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	FIDC	Total
AAA	9.255	6.536	-	5.637	570	21.998
AA+	3.801	220.228	-	1.560	-	225.589
AA	1.053	-	-	-	-	1.053
AA-	483	-	-	-	-	483
A+	399	42.205	-	-	-	42.604
A-	-	4.007	-	-	-	4.007
BBB	-	7.034	10.110	-	-	17.144
Total	14.931	280.010	10.110	7.197	570	312.878

Risco de Mercado - É o risco de o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos estão descritos na nota 4.3. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir: **5.1 Composição das Aplicações Financeiras:**

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Valor Contábil	Valor de Mercado	%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	303.284	303.284	19,65%	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	702	702	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	18.371	18.371	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	34.216	34.216	-	-	-	-
Operações Compromissadas	221.437	221.437	-	-	-	-
Outros	8.036	8.036	-	-	-	-
Debêntures de Distribuição Pública - IGPM	-	-	-	-	-	-
Debêntures de Distribuição Pública - CDI	2.329	2.329	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	6.246	6.246	-	-	-	-
Letras Financeiras	11.947	11.947	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	218.781	218.781	14,18%	-	-	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial	11.010	11.010	0,71%	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	291.107	291.107	18,86%	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	147.668	147.668	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	41.471	41.471	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - TR	101.968	101.968	-	-	-	-
Debêntures de Distribuição Pública	10.579	10.579	0,69%	-	-	-
Debêntures de Distribuição Pública - IPCA	10.329	10.329	-	-	-	-
Debêntures de Distribuição Pública - CDI	250	250	-	-	-	-
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	834.761	834.761	54,09%	1.081.436	1.081.436	61,55%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	662.549	662.549	42,93%	608.262	608.262	34,61%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	513.330	513.330	-	442.888	442.888	-
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	149.219	149.219	-	165.374	165.374	-
Letras Financeiras do Tesouro	45.416	45.416	2,94%	-	-	0,00%
Notas do Tesouro Nacional	629	629	0,04%	-	-	0,00%
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	708.594	708.594	45,91%	608.262	608.262	34,61%
Total no Circulante	1.543.355	1.543.355	100,00%	1.689.698	1.689.698	96,16%
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	0,00%	66.836	66.836	3,80%
Notas do Tesouro Nacional	-	-	0,00%	762	762	0,04%
Categoria III - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	0,00%	67.598	67.598	3,84%
Total no Não Circulante	-	-	0,00%	67.598	67.598	3,84%

Em 31/12/2013 o valor avaliado pela "curva" dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 740.394 (R\$ 601.064 em 31/12/2012). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial, montam a R\$ 31.800 (R\$ 74.796 de ganho em 31/12/2012). As cotas de fundos de investimento estão valorizadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A Companhia na definição dos investimentos realizados com vistas à adequada cobertura de seus passivos atuariais revê periodicamente as condições de mercado para aquisição, venda ou manutenção dos ativos integrantes de sua carteira de ativos em consonância com as estratégias de ALM - Assets and Liabilities Management. Neste contexto, frente ao cenário econômico e financeiro atual - de aumento das incertezas e volatilidade, que apresenta riscos e oportunidades em horizontes curtos de tempo, entendemos por oportuno manter os ativos classificados como de curto prazo a fim de manter a prerrogativa de negociá-los dentro do intervalo de 1 ano. Intenção justificada por movimentos recentes e de períodos anteriores. As carteiras dos fundos de investimento exclusivos são compostas como se segue, em função dos vencimentos a partir da data base:

	31/12/2013				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	4.924	1.322	-	-	6.246
Debêntures de Distribuição Pública	448	1.186	695	-	2.329
Letras do Tesouro Nacional	12.499	5.872	-	-	18.371
Letras Financeiras do Tesouro	10.464	15.660	8.092	-	34.216
Letras Financeiras	1.747	8.574	1.626	-	11.947
Notas do Tesouro Nacional	62.822	293.562	306.867	-	663.251
Operações Compromissadas	32.650	188.787	-	-	221.437
Fundos de Investimento de curto prazo	1.100	-	-	-	1.100
Fundo de Invest. de Renda Fixa	2.104	-	-	-	2.104
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	2.071	-	-	-	2.071
Outras Aplicações	-	-	-	2.761	2.761
Total	130.829	514.963	317.280	2.761	965.833

	31/12/2012				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	4.782	3.886	-	-	8.668
Ações de Cias Abertas	-	-	-	458	458
Debêntures de Distribuição Pública	1.329	890	863	-	3.082
Letras do Tesouro Nacional	-	7.954	-	-	7.954
Letras Financeiras do Tesouro	22.641	50.124	-	-	72.765
Letras Financeiras	-	3.056	4.141	-	7.197
Notas do Tesouro Nacional	34.555	346.029	227.678	-	608.262
Operações Compromissadas	230.587	136.099	-	-	366.682
Fundos de Investimento de curto prazo	1.122	-	-	-	1.122
Fundos de Investimento de Renda Fixa	3.440	-	-	-	3.440
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	570	-	-	-	570
Outras Aplicações	2.346	4.120	-	(601)	5.865
Total	301.372	552.154	232.682	(143)	1.086.065

dentro de um intervalo estatístico de confiança. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras: A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk (VaR)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EVMMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2013			31/12/2012		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Ações	-	-	-	-	-	458
Préfixado - DI	71	632	916.397	127	857	1.055.170
Taxa Referencial	5	1	101.968	12	333	95.040
IGPM	-	1	629	-	1	785
IPCA	458	4.248	524.361	431	1.993	605.843
TOTAL	4.882	1.543.355	-	3.184	1.757.296	-

Risco de Liquidez - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativo	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	%
Caixa e Bancos	5.563	-	5.563	-
Aplicações	654.821	888.534	1.543.355	-
Créditos das Operações	12.336	-	12.336	-
Títulos e Créditos a Receber	4.390	42.923	47.313	-
Total do Ativo	677.110	931.457	1.608.567	100,00%
Passivo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	%
Contas a Pagar	27.709	41.014	68.723	-
Provisões Técnicas	625.955	885.504	1.511.459	-
Débitos das Operações	11.895	-	11.895	-
Depósitos de Terceiros	168	-	168	-
Total do Passivo	665.727	926.518	1.592.245	99,59%

Ativo	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	%
Caixa e Bancos	7.926	-	7.926	-
Aplicações	882.843	874.453	1.757.296	-
Créditos das Operações	3.838	-	3.838	-
Títulos e Créditos a Receber	2.944	38.693	41.637	-
Total do Ativo	897.551	913.146	1.810.697	100,00%
Passivo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	%
Contas a Pagar	32.458	31.840	64.298	-
Provisões Técnicas	678.121	954.015	1.632.136	-
Débitos das Operações	9.476	-	9.476	-
Depósitos de Terceiros	80	-	80	-
Total do Passivo	720.135	985.855	1.705.990	94,23%

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das cotas de fundos exclusivos e não exclusivos, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Valor Contábil/Valor de Mercado	%
Até 1 ano	302.450	19,65%	271.342	15,44%
De 1 a 5 anos	49.019	3,18%	77.926	4,61%
Acima de 5 anos	7.272	0,47%	11.691	0,69%
Total	358.741	100,00%	360.959	100,00%

5.2 Movimentação das Aplicações:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012
Aplicação	1.032.895	685.934	1.718.829	2.009.568
Aplicação em Títulos	2.003.196	6.372	1.938.904	(2.227.578)
Resgate	1.017.168	(30.470)	(1.938.904)	(1.938.904)
Resgate em Títulos	(921.736)	(1.017.168)	(1.938.904)	(1.938.904)
Recebimento juros + principal	104.176	(104.176)	-	-
Rentabilidade	42.845	213.632	256.477	-
Saldo em 31/12/2012	1.081.436	675.860	1.757.296	1.757.296
Aplicação	2.091.177	1.596	2.092.773	-
Aplicação em Títulos	284.155	421.675	705.830	-
Resgate	(2.276.308)	(27.427)	(2.303.735)	-
Resgate em Títulos	(421.675)	(284.155)	(705.830)	-
Recebimento juros + principal	38.033	(38.033)	-	-
Rentabilidade	37.943	(40.922)	(2.979)	-
Saldo em 31/12/2013	834.761	708.594	1	

Icatu
SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2824-3900

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Diferido	-	-	9.438	1.814
Diferenças Temporárias.....	-	-	9.438	1.814
Contribuição Social Diferida	-	-	5.662	1.088
Diferenças Temporárias.....	-	-	5.662	1.088
Impostos a Recuperar	3.831	2.445	-	-
Imposto de Renda.....	-	-	543	-
Contribuição Social.....	1.356	1.813	-	-
COFINS.....	368	63	-	-
PIS.....	60	26	-	-
Outros.....	2.047	-	-	-
Total	3.831	2.445	15.100	2.902

Conforme mencionado na nota 2.1, com a publicação da Circular SUSEP 464, em março de 2013, foram criadas contas redutoras no passivo circulante para registro das antecipações de imposto de renda e contribuição social corrente, sendo assim, os montantes de R\$ 28.264 e R\$ 10.369, respectivamente imposto de renda e contribuição social, apresentados em 31/12/2012, foram reclassificados para o passivo circulante. O valor da antecipação de imposto de renda e

8. PROVISÕES TÉCNICAS

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Provisão Matemática para Resgates [a].....	1.122.282	-
Provisão Matemática para Capitalização [a].....	-	-
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados.....	148.329	113.790
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b].....	113.790	-
Provisão para Resgates	1.384.401	113.790
Provisão para Sorteios a Realizar.....	93.814	41.312
Provisão de Sorteios a Pagar.....	41.312	-
Provisão para Sorteios	135.126	41.312
Provisão para Contingências [b].....	110.443	-
Provisão para Distribuição de Bônus [b].....	96.617	-
Provisão para Despesas Administrativas.....	2.166	-
Outras Provisões	112.609	2.166
Total	1.632.136	166.612

Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013:
[a] Nomenclatura alterada para Provisão Matemática para Capitalização.
[b] Nomenclatura alterada para Provisão para Distribuição de Bônus.
A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões Técnicas - Capitalização	1.511.459	1.632.136
Total a ser Coberto	1.511.459	1.632.136
Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva	965.833	1.086.065
Quotas de Fundos de Investimento-Exclusivos.....	965.833	1.086.065
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	197.895	195.222
Letras Financeiras do Tesouro.....	45.416	66.836
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB.....	291.107	271.342
Notas do Tesouro Nacional.....	629	762
Debêntures.....	10.579	11.909
Total dos Ativos Vinculados	1.511.459	1.632.136
Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva	31.896	125.160
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	11.010	10.110
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	20.886	115.050
Total de Aplicações	1.543.355	1.757.296

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

10.1 PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores disponíveis para resgates de títulos de capitalização, as causas trabalhistas e as causas tributárias para questionamento de tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis			Causas Trabalhistas			Causas Fiscais		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Probabilidade de Perda	Quantidade	Estimado do Risco	Provisão	Quantidade	Estimado do Risco	Provisão	Quantidade	Estimado do Risco	Provisão
Provável.....	74	1.577	1.576	75	965	951	8	357	357
Possível.....	223	3.918	-	197	4.125	-	39	1.715	-
Remota.....	19	3.379	-	9	3.088	-	5	565	-
Total	316	8.874	1.576	281	8.178	951	52	2.637	357

* O valor provisionado das causas cíveis com probabilidade de perda provável difere do valor estimado do risco devido a pagamentos parciais efetuados. Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Valor Provisionado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal
Saldos em 31/12/2011	1.410	827	-
Causas Adicionais.....	468	-	-
Causas Baixadas.....	(993)	(402)	(1.395)
Causas Ajustadas (*).....	66	(3)	300
Saldos em 31/12/2012	951	422	300
Causas Adicionais.....	124	-	-
Causas Baixadas.....	(877)	(116)	(993)
Causas Ajustadas (*).....	1.378	51	1.429
Saldos em 31/12/2013	1.576	357	300

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária. **10.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS:** As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

	Saldo em 31/12/2011		Saldo em 31/12/2012	
	Adições	Atualização Monetária	Adições	Atualização Monetária
Contribuição social.....	13.611	7.487	1.381	22.479
COFINS.....	7.377	7.122	487	8.576
PIS.....	1.999	929	158	2.286
Total	22.187	9.128	2.026	33.341

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais: No mandato de segurança nº 200851010280294 a Companhia questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandato de segurança tem a probabilidade de perda avaliada como possível e recebe depósitos judiciais mensais referentes à diferença das alíquotas. O total de tais depósitos corresponde ao valor atualizado de R\$ 28.130 (R\$ 25.233 em 2012). Processo em segunda instância. A obrigação fiscal que se encontra registrada corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$ 25.133 (R\$ 22.479 em 2012) no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. A Companhia pleiteia no mandato de segurança 200551010115038 a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº 9.718/98. A perda avaliada é possível. Os tributos se tornaram exigíveis após o recebimento de avisos de cobrança da Receita Federal do Brasil e da revogação da decisão judicial favorável que suspendia a exigibilidade dos tributos sem depósito. Em consequência, a Companhia efetuou depósito judicial dos valores vencidos que, atualizados, correspondem a R\$ 1.799 (R\$ 1.625 em 2012) e R\$ 11.170 (R\$ 10.094 em 2012). Em 2011 foi necessária a implementação do mandato de segurança 201151010033083 para obtenção da CNCD - Certidão Negativa de Débitos. O Recurso Especial interposto pela Companhia na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do

contribuição social recolhido a maior do que o apurado no período, fica registrado no ativo circulante na conta Créditos Tributários e Previdenciários. Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 9.438 e R\$ 5.662 (R\$ 1.814 e R\$ 1.088 em 31/12/2012), sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e perda não realizada nos títulos disponíveis para venda (TVM).

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças Temporárias	31.814	31.814
Imposto de Renda/Contribuição Social	357	422
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda.....	1.576	951
Contingências Trabalhistas.....	300	300
Contingências Cíveis.....	2.500	2.414
Contingências Fiscais.....	334	253
Outras Provisões.....	(8.552)	(5.611)
Fundo de Marketing.....	2.649	4.130
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial).....	(5.657)	(6.468)
Participação nos Lucros - Funcionários.....	9.869	8.577
Operação Swap.....	2.560	2.287
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	37.750	7.255
Total das Provisões temporárias	9.438	1.814
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	5.662	1.088
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	5.662	1.088

	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012
Constituições.....	527.577	(1.709.100)	59.241	-	-
Amortizações/ Prescrições.....	1.029.018	(64.448)	4.657	969.227	160.027
Atualização Monetária.....	442.585	(431.184)	297	160.027	297
Saldos em 31/12/2013.....	349.630	(328.303)	228	135.345	135.345
Total	2.348.810	(2.533.035)	64.423	1.264.599	1.264.599
Constituições.....	81.740	(83.870)	614	92.298	93.814
Amortizações/ Prescrições.....	51.607	(50.883)	1.292	43.228	43.228
Atualização Monetária.....	133.347	(134.753)	1.906	135.626	135.626
Saldos em 31/12/2012.....	96.617	(210.316)	3.256	-	-
Constituições.....	113.790	(5.251)	604	109.053	109.053
Amortizações/ Prescrições.....	490	(475)	-	2.181	2.181
Atualização Monetária.....	210.807	(216.042)	3.860	111.234	111.234
Saldos em 31/12/2011.....	2.692.964	(2.883.830)	70.189	1.511.459	1.511.459
Constituições.....	546.375	(663.604)	72.027	1.122.282	1.122.282
Amortizações/ Prescrições.....	424.152	(442.247)	498	148.329	148.329
Atualização Monetária.....	228.251	(202.826)	287	113.790	113.790
Saldos em 31/12/2012.....	1.198.778	(1.308.677)	72.812	1.384.401	1.384.401
Constituições.....	85.069	(86.886)	213	93.814	93.814
Amortizações/ Prescrições.....	53.459	(44.227)	967	41.312	41.312
Atualização Monetária.....	138.528	(131.113)	1.180	135.126	135.126
Saldos em 31/12/2011.....	66.288	(24.079)	3.712	110.443	110.443
Constituições.....	534	(458)	-	2.166	2.166
Amortizações/ Prescrições.....	66.822	(24.537)	3.712	112.609	112.609
Atualização Monetária.....	1.404.128	(1.464.327)	77.704	1.632.136	1.632.136

paradigma. Matéria em discussão no STF e STJ. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 1.603 (R\$ 1.394 em 2012) e R\$ 9.868 (R\$ 8.576 em 2012) referentes ao PIS e a COFINS, respectivamente, registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referentes ao PIS e COFINS devido sobre as Receitas Financeiras. As ações declaratórias nº 9500389720 e 9500525593 propostas pela Companhia questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas pela Companhia no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como de perda provável. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia correspondem ao valor atualizado de R\$ 67 (R\$ 63 em 2012). Matéria em discussão no STF. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 63 (R\$ 59 em 2012) registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. No mandato de Segurança 9800222316 a Companhia discute o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97). A classificação é de perda provável. O depósito judicial efetuado pela Companhia corresponde ao valor atualizado de R\$ 1.442 (R\$ 1.381 em 2012). A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução de tal decisão será feita a conversão do valor do depósito judicial em renda em favor da União Federal. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 893 (R\$ 833 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. **10.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS:** Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis.....	1	39
Trabalhistas.....	6	6
Fiscais.....	42.881	38.648
Outros.....	35	-
Total	42.923	38.693

A composição dos depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais segue demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2013
Contribuição social.....	25.233	976	1.921	28.130
COFINS.....	10.094	268	808	11.170
PIS.....	3.069	44	195	3.308
Outros.....	252	6	15	273
Depósitos Judiciais Fiscais	38.648	1.294	2.939	42.881

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
11.1. Capital Social: Em 31/12/2013 e de 2012, o capital subscrito e integralizado é representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais. As ações pre-ferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **11.2. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **11.3. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Em 28/03/2013, através de Assembleia Geral Ordinária, foram declarados dividendos no valor de R\$ 9.856 da conta de reserva estatutária a serem pagos até 31/12/2013, correspondendo a R\$ 0,02358 por ação ON e PN. A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social propôs a retenção integral dos Lucros do Exercício. Registrando a distribuição do resultado, através da constituição das Reservas Legais e Estatutária. **11.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, a Companhia considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL ADICIONAL

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido.....	63.211	63.211
Despesas Antecipadas.....	(221)	(221)
Ativos Intangíveis.....	(2.289)	(2.289)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	60.701	60.701
Capital Base (CB).....	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito.....	26.146	26.146
Capital Adicional de Subscrição.....	10.894	10.894
Capital Adicional - Redução por Correlação.....	(4.069)	(4.069)
Capital Adicional - Operacional.....	2.784	2.784
Capital Adicional (CA)	35.755	35.755
Capital Mínimo Requerido (MAX(CB,CA)) - CMR	35.755	35.755
Suficiência	24.946	24.946

Constatamos que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Companhia é superior ao valor do Capital Mínimo Requerido (CMR), calculado de acordo com os critérios definidos pela legislação vigente. Desta forma, a Companhia possui capital suficiente para cumprir todas as exigências das normas em vigor. A Resolução CNSP 282/2013 alterou a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido que passou a ser igual ao maior valor entre o Capital de Risco (CR), (Capital Adicional), a Margem de Solvência (MS) e o Capital Base (CB). Em 01/01/2014 foi publicada a Resolução CMSP 312/2013, que revogou a 282/2013, estabelecendo novos critérios, os quais foram avaliados e não resultaram em impactos. Informamos, ainda, que a Companhia segue todas as legislações vigentes para apuração das três parcelas envolvidas na apuração do CMR: Capital de Risco (Capital Adicional), Margem de Solvência e Capital Base.

13. PARTES RELACIONADAS

Icatu
SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2824-3900

PARECER ATUARIAL

Continuação
Aos Senhores Diretores e Acionistas da **ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**
De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 281, de 30/01/2013 e com base na Circular SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial dos planos de capitalização comercializados pela **ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013. Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas Atuariais dos planos avaliados, aprovados pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A análise demonstrou a capacidade da Sociedade honrar a totalidade dos compromissos financeiros futuros assumidos nos respectivos planos que estavam em vigor em

31/12/2013. Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de data base 31/12/2013 da **ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.** estão adequadas à realidade da Sociedade, não havendo necessidade de adequação ou ajustes de valores e nenhuma situação relevante que comprometa a sua solvência atuarial.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014.

Luciana da Silva Bastos
Superintendente Atuarial - MIBA nº 1.064

Icatu Capitalização S.A.
Alexandre Petrone Vilardi - Luciano Snel Corrêa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

 **KPMG Auditores Independentes**
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7